

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se por plataforma online os membros da Câmara de Ensino Fundamental e Educação Especial: Ana Lucia Rodrigues, Clicie Maria Cancelier Negoseki, Dhébora Cristina da Silva, Domingas de Fátima Cardoso Amaral, José Roberto Eduardo, Juliana Grebe Rosa Ferraz, Louise Alves Schirmer, Luiz Carlos Costa da Silva, Mônica Taís Neves da Silva, Raquel Santana e Rodrigo Cardozo Gomes.

A Presidente de Câmara Domingas de Fátima Cardoso Amaral inicia a reunião fazendo a leitura do Ofício N°343/2022 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Pinhais - SINSEP. A solicitação do Sindicato posta no Ofício é que o CME consulte a comunidade escolar quanto à viabilidade e execução do Plano Emergencial, que promova a discussão entre os Pedagogos e Professores das Unidades Escolares, a fim de garantir um processo de construção coletiva e cobrir Audiência Pública na qual serão levantados os problemas relacionados à comunidade escolar no respectivo Município. A Presidente de Câmara Domingas de Fátima expõe ao restante a sua visão de que concorda que se deve ter a consulta a comunidade escolar quanto à viabilidade e execução do Plano Emergencial, a promoção da discussão entre os Pedagogos e Professores das Unidades Escolares e cobertura da Audiência Pública. A Conselheira Ana Lucia se manifesta solicitando a apresentação do Parecer Normativo n° 05/2022 – CME para explicar alguns pontos. A Conselheira Ana Lucia diz que a consulta à comunidade escolar já existe e já era prevista neste mesmo Parecer e cita sobre como foi feito e em que foi baseado esse Parecer. A Conselheira Ana Lucia faz a leitura da parte em que o assunto acima é citado: “1 – Que haja interação entre o Departamento de Ensino fundamental, Núcleo de Direitos da criança e do Adolescente e Inclusão e das Unidades Públicas do Ensino Fundamental. 2 – Que a Secretaria Municipal de Educação através do Departamento de Ensino Fundamental oriente as Unidades de Ensino para a organização implantação do Plano Emergencial solicitado; 3 – Que a Comunidade Escolar seja informada da nova organização e seja justificada a necessidade da implantação do Plano Emergencial; 4 – Que as regulamentações do Conselho Municipal de Educação sejam inclusas e até substitua, dentro do possível, as do CNE que orientam a publicação de diretrizes pelos órgãos normativos dos Sistemas. 5 – Que qualquer alteração, que não cumpra o solicitado, seja comunicado ao Colegiado.” A Conselheira Ana Lucia faz a sua explicação e diz concordar com a promoção da discussão entre os Pedagogos e Professores das Unidades Escolares para que haja uma avaliação do que está acontecendo. A Conselheira Ana Lucia também comenta que essa promoção seria de responsabilidade da SEMED. Em relação à Audiência Pública a Conselheira Ana Lucia acredita não ser possível porque isso é só para casos emergenciais, mas que essa situação pode ser analisada para encontrar uma possibilidade. A Conselheira Ana Lucia solicita o posicionamento da Conselheira Raquel que inicia: “Esse é um problema complexo que nós temos vivido “pós pandemia”. Então, não se tem resposta simples pra isso. Quando se trata de Secretaria, ela realmente tem que fazer uma questão que abate todas as Unidades dentro da lógica principal óbvia ali de direito da criança e de cada criança no seu contexto. Então, isso aparece no Plano e quando foi divulgado esse Plano, realmente nós tivemos dúvidas pelas Unidades de como aconteceria a sua implantação na localidade. À medida que essas dúvidas foram

surgindo, as Unidades foram nos procurando. E a cada situação que foi surgindo no Departamento do Ensino Fundamental, nós fomos de fato respondendo. Portanto, a medidas que as dúvidas foram surgindo, nós fomos respondendo localmente. Ao ponto até de que não tínhamos ideia de que esse assunto chegaria até o Conselho porque não tivemos nada assim diretamente localizado para que se fosse até alguma Unidade. Uma das últimas Unidades que nós tivemos questionamentos foi a da Mônica, nós conversamos com a Diretora, nós abrimos realmente está dúvida, todas as dúvidas foram sendo sanadas e colocamos a disposição se fosse o caso para ir até a Unidade. O que nós entendemos é que várias questões acontecem em um mesmo contexto local dependendo de como se dão aquelas compreensões do que está posto. Mas o que nós colocamos ali inicialmente também é que este Plano é emergencial sim para este ano neste período pós pandêmico, para que atendesse a todas as crianças nas dificuldades que elas apresentaram pelo período de pandemia. As dúvidas que surgiram em relação a falta, foram sendo construídas respostas realmente coletivas, inclusive com ações articuladas junto com o NUDCAI, porque surgiram essas questões da falta e vindo das próprias Unidades. Então, entendeu-se também que deveria se ter essa ação mais enérgica inclusive com algumas famílias que não davam atenção ao que as próprias Unidades também solicitavam dessa presença da criança na Unidade. Em relação à questão das Unidades, então à medida que foi acontecendo, nós fomos respondendo de fato o que foram as dúvidas. Dentro da questão do documento, como a própria Ana falou, não tivemos nenhum questionamento e da questão do Parecer os também fomos respondendo. Para essa dúvida ali que surgiu com relação à comunidade e aos profissionais, portanto o Departamento do Ensino Fundamental tem uma ação articulada que começa a partir de amanhã com os Núcleos, individualmente com cada Núcleo de GT de Pedagogo para realmente avaliar como isto está acontecendo nas Unidades, e ver, tirar as dúvidas, vem sendo o caso do que está sendo posto. Portanto, do Departamento do Ensino Fundamental de modo geral diretamente com cada Unidade naquilo que surgiu. Posso dizer para vocês com toda a segurança que formalmente para o Departamento do Ensino Fundamental não chegou nada do Plano, porque cada situação que surgia, nós íamos atendendo cada Unidade. Formalmente, eu vejo que chegou aqui para o Conselho. O formal para nós também eram as dúvidas que surgiam pelo telefone ou até pessoalmente de alguns profissionais. Então, nesta parceria, sempre com foco no atendimento dessa criança realmente, nós fomos trabalhando com as Unidades. “Estamos aí para dar sequência no que puder ajudar.” A Presidente de Câmara passa a fala para a Conselheira Mônica que concorda com o esclarecimento da Conselheira Ana Lucia sobre o item 1, acrescentando dizendo que “foi feito o que era para ser feito”. Em seguida, a Conselheira Mônica comenta que ampla discussão dita não existe. Ela conta que na mesma semana, as duas Unidades em que ela trabalha receberam a visita da Conselheira Raquel, da Diretora do Departamento do Ensino Fundamental Cristiani e da Késia. Elas se sentaram com a equipe diretiva e pedagógica e a Conselheira Mônica questiona se as visitas foram só para essas 2 Unidades, se foram mais Unidades e se, quando acontecem as visitas, a equipe da SEMED consulta os professores também ou é só o pedagogo e o diretor que é ouvido. A Conselheira Mônica expõe sua visão de que é mais democrático quando todos são ouvidos. A Conselheira Dhébora se manifesta dizendo que ainda há várias questões que precisam ser analisadas e necessitam de ajustes em relação ao Plano Emergencial. A Conselheira Dhébora comenta é feito de uma maneira diferente

em outros Municípios, e acredita que, São José dos Pinhais, ao colocar 3 coisas no mesmo Município acaba gerando bastante dúvida. A Conselheira Dhébora faz outras observações referente ao Plano e ainda cita que a recuperação de estudo é feita durante todo o ano, e que é importante fazer uma reflexão do que realmente é uma compensação de ausência, o que é uma recuperação de estudos emergencial para as crianças pequenas. A Conselheira Dhébora enfatiza sobre fazer uma discussão até encontrar um Plano que atenda as reais necessidades. A Presidente de Câmara Domingas de Fátima faz um resumo explicativo das falas das Conselheiras na reunião e concorda sobre analisar novamente os objetivos do Plano Emergencial. A Conselheira Raquel volta à fala dizendo que há pontos diferentes postos ali em relação ao Plano. A Conselheira Raquel cita como diferença a integralização da carga horária e faz a explicação sobre o que é. Com relação ao Plano de modo geral, a Conselheira Raquel comenta sobre o esforço que os profissionais da Educação devem ter para que o Direito da Criança seja garantido e ainda afirma sobre as realizações de visitas nas Unidades. A Conselheira Raquel fala sobre a importância de a Unidade poder contar com o seu mantenedor e que haverá uma avaliação nos Núcleos. A Conselheira explica o que era a ampla discussão: “Ampla discussão é a ampla discussão possível também para aquele tempo, para aquele contexto e para aquele momento que a realidade se impõe. Então, no caso do Plano Emergencial, foi feita essa ampla discussão na medida do possível e mais rápida possível para que chegasse até as Unidades esse Plano e para que as Unidades se organizassem com o seu coletivo para ver qual era a sua melhor resposta.” A Conselheira Raquel conclui a sua explicação e a Conselheira Ana pede a fala. Ela cita o ponto número 1 sobre consultar a comunidade para execução do Plano, e explica que seria apresentar o Plano para todos, incluindo família e professores. Sobre o ponto 2, que é a discussão ampla, a Conselheira Ana expõe que se há dúvidas, devem ser esclarecidas. Mesmo sendo apenas uma Unidade, deve-se sentar e conversar para esclarecer. A Conselheira Ana questiona a Conselheira Dhébora: “Você é da comissão pedagógica, quando foi apresentado para vocês, você levantou esses pontos lá na comissão pedagógica?” e conclui sua fala dizendo acreditar que, se mudar o processo agora, isso só dará mais confusão. A Presidente de Câmara Domingas de Fátima diz concordar com a Conselheira Ana Lucia e acrescenta que é importantíssimo rever o item dois, sendo ele, a ampla discussão. A Presidente de Câmara Domingas de Fátima não acha necessário refazer todo o documento e sim apenas analisar novamente o que está escrito. O Conselheiro Luiz também se coloca dizendo que na solicitação do SINSEP não consta uma alteração, e sim que seja consultado a comunidade escolar, a promoção de uma discussão ampla e a realização de uma audiência pública. O Conselheiro propõe que, como não haverá nenhuma modificação agora, que sigam o requerimento que está sendo posto pelo Sindicato, até para poder otimizar o tempo da reunião. A Presidente de Câmara Domingas de Fátima concorda com a otimização do tempo, solicita que todos sejam mais objetivos em suas falas, mas cita a importância da discussão e análise. A Conselheira Juliana se manifesta falando sobre a falta de direito de voz que o profissional professor está tendo. Opina não achar viável alterar este documento agora tendo tão pouco tempo. A Conselheira Juliana também enfatiza a falta de participação do professor, diz que a discussão precisa ser amplificada daqui para frente e que se deve avaliar este documento e rever. A Conselheira Mônica se posiciona agradecendo a fala de todos e comenta que alguns professores já faziam esse processo de enviar as atividades e com a vinda

deste documento, os professores tiveram que enviar novamente. A Conselheira Mônica diz achar que este documento, a forma como está escrita acaba dando em para várias interpretações. A Conselheira Ana expõe mais uma vez que o item 1 foi feito, as comunidades foram consultadas. Sobre o item 2, é o que o CME vem solicitando desde o início. Em relação ao item 3, não é inadequado fazer a audiência pública, porém, não há tempo hábil para isso. A Conselheira Raquel contribui sobre o item 2, dizendo que na verdade a questão do item 2 que é “Promover a discussão entre pedagogos e professores, a Cris já marcou a reunião no dia 10 e 11 de novembro, amanhã o depois de amanhã terá reunião com todos os núcleos, então essa discussão estará voltando novamente para os pedagogos, para eles voltarem para as escolas, também tem sido ouvido isso e antes também foi feita essa discussão, entendemos que não foi com toda a dinâmica a contento, senão não teria os questionamentos, mas ampliar as discussões é sempre importante, mas essa discussão aconteceu na comissão pedagógica e foi levada pelos pedagogos para as suas Unidades, essa discussão já aconteceu anteriormente e vai acontecer novamente amanhã as reuniões de núcleo que o Departamento de Ensino Fundamental marcou, com os 8 núcleos de Educação. A Conselheira Ana Lucia coloca que é importante avisar que isso está acontecendo por uma conversa que ela teve com a Diretora Cristiani, e depois no gabinete com o Secretário, com o Diretor Geral e com a Cristiani. E que quando a gente vê que o processo é necessário, a gente vai atrás e que quando a gente vê que tem angústia e dificuldade, a gente vai continuar indo atrás, muitas vezes a gente não coloca, mas a gente faz, e quem está próximo sabe que eu vou atrás. A Presidente Domingas de Fátima faz a enquete sobre o item 1-“Consulte a comunidade escolar quanto a viabilidade e execução do plano emergencial.” E pede para que seja colocado a opção “sim”, caso ache necessário refazer ou opção “não” se achar que não precisa fazer. O Conselheiro José pede para tirar uma dúvida em relação ao Plano e pergunta se o Plano emergencial seria para ser executado no ano letivo de 2022 e a consulta seria para refazer a consulta a comunidade faltando menos de 40 dias letivos e para ser executado uma melhora no Plano ainda esse ano? A Presidente Domingas de Fátima responde que não irão mexer no Plano, essa consulta seria para verificar se está sendo viável ou não, mas mexer no Plano não vai dar tempo. O Conselheiro José expõe que entende que pelo o que as professoras disseram seriam 2 questões, primeiro a dificuldade das professoras em executar o plano e segundo se ele está sendo efetivo, pois o plano foi criado para recuperar os estudos dos alunos e se ele não está atingindo objetivo, segundo a fala das professoras. A Conselheira Raquel complementa que existe uma fala que não representa toda a rede, mas que o questionamento do Conselheiro José é bem pertinente, pois vamos consultar para mudar o plano nesse tempo que resta, considerando que é para esse ano. A Conselheira Ana Lucia coloca novamente que para ela não é viável fazer uma consulta agora, porque acabou-se de fazer essa consulta, e que nesse momento é promover a discussão entre professores e pedagogos para orientar esse processo. Se colocar assim, terá que fazer todo esse movimento de novo, precisa rever e focar na avaliação disso. A Conselheira Raquel, a Conselheira Ana Lucia e a Presidente Domingas de Fátima concordam que o item 1 seria inviável no momento e que no momento precisa ser discutido o item 2. A Conselheira Mônica diz que concorda também que a 1 fica inviável pela questão do tempo e que a 2 vai englobar a 1 também, e o primordial é que os professores sejam consultados e trazidos para dar suas opiniões e fazer as avaliações. O Conselheiro

Luiz refaz a enquete sobre o item 1- "Refazer a consulta com a comunidade escolar?" 9 votos não e 2 abstenções. Na sequencia é posto em votação através de enquete o item 2 " Promover a avaliação, através da discussão efetiva entre pedagogos e professores das unidades escolares sobre o plano emergencial." A Conselheira Mônica sugere que seja feito um adendo e pedir ciência de que todos foram chamados para dar suas opiniões. A Conselheira Ana Lucia diz que pode dar uma cópia do documento para Raquel levar isso ao Departamento Fundamental e explicar, e que pode incluir isso sim, pois é importante que todos dêem ciência. Segue para a votação do item 3 " Audiência Pública". A Conselheira Juliana sugere que no item 1 e no item 3 fique registrado em ata que foi votado "não", porque não existe um tempo hábil. A Conselheira Ana Lucia diz que irá fazer o documento, conforme a discussão na reunião de Câmara e que será colocado a necessidade de promover a avaliação, levando a discussão efetiva entre pedagogos e professores das Unidades Escolares, dando ciência de todos os envolvidos. A Conselheira Raquel ratifica o que já havia falado sobre a construção da democracia, que é trabalhosa, e que é importante que todos tenham vez e voz num processo democrático de fala. E que é importante que os profissionais cheguem próximo do seu mantenedor, inclusive com registros, porque às vezes fica muito difícil para o mantenedor se não tem o registro de quem disse, e isso facilita a ação da SEMED, pode ser um registro até por telefone, pois facilita. A Conselheira Raquel expressa que muita coisa que apareceu no plano foi por conta desses registros que foram recebidos na comissão de educação, foi uma construção democrática recebida de várias mãos, e mesmo quando há contraditórios, é isso que faz uma democracia e uma educação melhor. A Conselheira Mônica responde para a Conselheira Raquel que: "Já na primeira reunião do Conselho, eu já procurei a Ana e procurei você e tentei estabelecer uma fala e uma conversa e você me disse que as diretoras tinham entendido errado, aí eu cheguei na escola e falei para elas que elas tinha entendido errado, aí ela ligou para você e você disse que não, que eu que tinha entendido errado e virou uma confusão tão grande." A Conselheira Mônica também coloca que a primeira fala foi bem confuso, o documento está bem confuso, mas que fique como um alerta, para que quando for analisar, que seja feito de uma maneira clara e efetiva, para evitar uma confusão de entendimentos. A Conselheira Raquel diz que entende que isso faz parte do diálogo democrático, que quando coloca que está bem confuso, passa pela sua interpretação também, e isso são coisas que a gente tem que lidar, mas entende que em uma rede deste tamanho, muitos podem ter feito inúmeras interpretações e faz parte. A Conselheira Raquel responde para a Conselheira Mônica que voltaram a Unidade para falar com a diretora e uma das razões foi para verificar se tinha alguma confusão para além do que já se tinha conversado e que faz parte da construção democrática. A Conselheira Mônica coloca que as pedagogas e a diretora deixaram claro que as professoras estavam descontentes com o plano, elas estão fazendo o plano, mas a contra gosto. A Conselheira Raquel diz para ter cuidado com as generalizações, pois foi colocado que havia algumas professoras que estavam descontentes, então, voltamos a divergência e ponto de divergência acontece mesmo. A Presidente Domingas de Fátima coloca que vai existir a avaliação, e como sempre na democracia, a maioria vence, então vamos aguardar a avaliação. A Presidente Domingas de Fátima agradece a todos e encerra a reunião.

Eu, Valdinéia Santos de Lima digitei essa Ata que será assinada pelo Secretário Rodrigo Cardozo Gomes e pela Presidente da Câmara Domingas de Fátima Cardoso Amaral.